



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

CLIPPING

DATA

10.06.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

1 de 28

RESPONSÁVEL

Iris Helena

SUMÁRIO

- ❖ [EDUCAÇÃO E SUSTENTABILIDADE – O Popular](#)
- ❖ [ALIADOS DE BOLSONARO DEFENDEM PROJETO DE ANISTIA PELO 8/1 – O Popular](#)
- ❖ [RESERVAS EM DÓLAR DÃO FÔLEGO MAIOR AO PAÍS – Folha de São Paulo](#)
- ❖ [REVOLUCIONÁRIO, MAS NÃO É PARA TODOS – Folha de São Paulo](#)
- ❖ [BRASIL ERRADO – Folha de São Paulo](#)
- ❖ [JUSTIÇA TRIBUTÁRIA PARA ENFRENTAR AS DESIGUALDADES – Folha de São Paulo](#)
- ❖ [BOLSONARISMO NÃO DEPENDE DA LIDERANÇA DE BOLSONARO – Folha de São Paulo](#)
- ❖ [OPOSIÇÃO DOMINA PAUTA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEIXA GOVERNO LULA SEM BANDEIRA – Folha de São Paulo](#)
- ❖ [STF PAGA DIÁRIAS DE DESLOCAMENTO PARA JUÍZES DE BRASÍLIA TRABALHAREM EM BRASÍLIA – O Estado de São Paulo](#)
- ❖ [CRESCEM NÚMEROS DE TENTATIVAS DE GOLPES DIGITAIS NO BRASIL – O Hoje](#)
- ❖ [FRENTES QUEREM DEVOLUÇÃO DA MP QUE COMPENSA DESONERAÇÃO DA FOLHA – Correio Braziliense](#)
- ❖ [OS AGRICULTORES EXPLORADOS NA COLHEITA DE INGREDIENTE ESSENCIAL NA CAATINGA – Correio Braziliense](#)
- ❖ [LABIRINTO PROVINCIANO – Correio Braziliense](#)
- ❖ [CONTRIBUÍNTES RENEGOCIAM ACORDOS FIRMADOS COM A PGFN – Valor Econômico](#)
- ❖ [UNIÃO CONTA COM ADESÃO DA PETROBRAS A TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA – Valor Econômico](#)
- ❖ [FAZENDA E EMPRESAS DISCUTEM MULTA ISOLADA – Valor Econômico](#)
- ❖ [DESTAQUES – Valor Econômico](#)
- ❖ [PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE E MULTAS ADUANEIRAS – Valor Econômico](#)
- ❖ [DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB](#)

JORNAL – O POPULAR – 10.06.2024 – PÁG. 03

Educação e sustentabilidade

Tatiana Santana



As discussões em torno do Dia Mundial do Meio Ambiente, celebrado na data de 5 de junho, instituída pela ONU em 1972, nos convidam a refletir sobre a relação entre a humanidade e a natureza. E, neste contexto, a educação desempenha um papel fundamental na formação de cidadãos conscientes e comprometidos com a sustentabilidade. A crise ambiental exige uma resposta robusta e coletiva.

A cada ano, aproximadamente 8 milhões de toneladas de plástico são despejadas nos oceanos e se estima que as atividades humanas tenham aumentado a taxa de extinção de espécies em cerca de mil vezes. As mudanças climáticas têm causado um impacto profundo nas estações do ano, que não estão mais bem definidas como antes, e eventos climáticos extremos, como furacões, secas e inundações, mais frequentes. No Externato São José, temos nos dedicado a integrar a educação ambiental em nosso currículo, para informar e inspirar nossos alunos em prol de um mundo mais sustentável.

Uma das iniciativas mais significativas é o nosso programa de Educação Ambiental, que envolve estudantes de todas as idades em projetos que vão desde a criação de hortas escolares até campanhas de conscientização. Eles aprendem sobre a importância da biodiversidade, os impactos da poluição e a necessidade de adotar práticas sustentáveis no dia a dia.

Inspirados pelas abordagens de Reggio Emilia e Maria Montessori, nosso currículo ambiental promove uma educação centrada no aluno, encorajando a exploração, a curiosidade e a autonomia. Essas metodologias enfatizam o aprendizado através da experiência direta e da conexão com a natureza, preparando a geração atual para enfrentar e mitigar os desafios climáticos. Com base nessas filosofias educacionais, acreditamos que preparar os alunos para contratempos ocorridos com o clima é crucial, pois as ações dependem de cada um de nós.

Um exemplo é o projeto "Horta na Escola", em que os alunos participam do cultivo de vegetais e plantas. Além de ensinar sobre agricultura sustentável e alimentação saudável, o projeto promove a responsabilidade, o trabalho em equipe e o respeito pela natureza. Os alunos cuidam da horta, desde o plantio até a colheita, e utilizam os produtos colhidos em atividades culinárias na escola, fechando o ciclo de aprendizado. Além disso, promovemos regularmente palestras e workshops com especialistas em meio ambiente. Estas atividades não apenas informam, mas também engajam os alunos, desafiando-os a pensar em soluções inovadoras para os problemas ambientais. A parceria entre escola e família é um elemento central para o trabalho. Realizamos campanhas de limpeza em áreas públicas, plantio de árvores e reciclagem de resíduos, envolvendo alunos, pais e moradores locais.

Segundo a ONU, cerca de 13 milhões de hectares de florestas são destruídos a cada ano, e esforços comunitários como o plantio de árvores são cruciais para mitigar essa perda. Vamos todos, juntos, trabalhar por um planeta mais sustentável. Afinal, o futuro do meio ambiente está nas mãos de nossos jovens e é nossa missão educá-los para serem os guardiões da Terra.

JORNAL – O POPULAR – 10.06.2024 – PÁG. 06

Aliados de Bolsonaro defendem projeto de anistia pelo 8/1

Em meio a processo que busca permitir ao ex-presidente estar na disputa de 2026, goianos se colocam favoráveis a propostas polêmicas em debate

Fernanda Santos

Considerado como uma 'etapa' de um processo que pretende permitir ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) disputar as eleições de 2026, a Câmara dos Deputados planeja votar nesta terça-feira (11) um requerimento de urgência da proposta que proíbe a homologação de delações premiadas. Se aprovado o pedido, o texto, apresentado em 2016 pelo deputado Wadih Damous (PT), pode ter a sua tramitação na Casa agilizada.



Questionados pelo Popular, parlamentares goianos comentaram os movimentos dos aliados do ex-presidente. "Continuo defendendo o projeto, pois a minha defesa sempre foi pelo conteúdo e não pelo momento", disse Rubens Otoni (PT). "Mas é importante denunciar o oportunismo daqueles que num passado não muito distante foram contrários e agora por interesses pessoais saem em defesa dele", acrescentou.

O movimento pegou a base do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no Congresso de surpresa e beneficia Bolsonaro no caso de delação do tenente-coronel Mauro Cid, seu ex-ajudante de ordens. O acordo da delação premiada foi homologado enquanto Mauro Cid cumpria prisão preventiva.

No caminho traçado pelos apoiadores do ex-presidente para a sua viabilidade, está o andamento do projeto de lei que prevê anistia aos envolvidos nos atos de 8 de janeiro. Integrantes da bancada goiana aliados a Bolsonaro defendem o projeto para alguns dos condenados.

"Sou favorável à anistia para os manifestantes, o que é bem diferente de vândalos. Inclusive o PL foi apresentado por um deputado do nosso partido, o Marcelo Crivella. No Senado também tem outro projeto de lei, do senador Mourão, também do Republicanos. Essa é nossa linha de raciocínio. Os que quebraram, depredaram e fizeram arruaça devem enfrentar o rigor da lei", afirmou Jeferson Rodrigues (Republicanos).

Ismael Alexandrino (PSD) seguiu na mesma linha. "Sou favorável que os participantes sejam anistiados, e quem depredou de fato, pague na proporcionalidade do que fez. Não é minimamente razoável as penas que estão sendo aplicadas. O Brasil precisa de um aceno de paz, e a anistia seria esse aceno", afirmou o

parlamentar. "Segundo informado pelo relator, o deputado Rodrigo Valadares (UB-SE), o ex-presidente Bolsonaro pediu para ser excluído da anistia, de forma que, aparentemente, não seria beneficiado", acrescentou Alexandrino.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 10.06.2024 – PÁG. A2

Reservas em dólar dão fôlego maior ao país

Saldo comercial forte e divisas em caixa evitam crises como as do passado, mas governo não deveria adiar reformas



A eternizada frase de Mário Henrique Simonsen — segundo a qual a inflação aleija, mas o câmbio mata — por muito tempo descreveu um dos grandes fatores impeditivos ao crescimento brasileiro. Mas o empecilho foi superado na década de 2000, com a acumulação de reservas internacionais (hoje em torno de US\$ 351 bilhões), que levou o governo federal a uma posição credora em moeda forte.

Os elevados saldos comerciais tiveram papel essencial naquele momento, com a disparada dos preços de matérias-primas exportadas. Nos últimos anos, a situação voltou a ser tão ou mais positiva, notadamente nos setores de agropecuária e de extração mineral. Com isso, o Brasil obteve em 2023 um saldo comercial de US\$ 80 bilhões, em ritmo forte que se manteve até maio deste ano. Até aqui, as exportações atingiram US\$ 138,8 bilhões, 2,4% acima de 2023, e superaram as importações em US\$ 35,9 bilhões, com sólido crescimento do volume enviado ao exterior.

Diante de uma quebra de safra em relação ao ano passado, as vendas do setor agrícola caíram 9,4%, para US\$ 31,1 bilhões —o que representa 15,7% dos embarques, ante os 19,6% de 2023. Apenas a soja foi responsável por US\$ 21,8 bilhões. Houve, todavia, aumento na exportação de minério de ferro e petróleo, de 9,3% e 14,3%, respectivamente. Juntos, totalizam 24,2% das receitas no período.

Contudo, mesmo com as vendas liquidas de produtos em alta, o país continua deficitário nas contas de serviços, que incluem remessas de lucros e dividendos, remuneração de propriedade intelectual, transportes e aluguel de equipamentos. Todos esses itens têm crescido nos últimos anos, de modo que o país continua a ter resultado negativo nas contas agregadas, de US\$ 30 bilhões (1,4% do PIB) no ano passado e talvez mais neste ano. O patamar é pequeno, no entanto qualquer virada nos preços de matérias-primas poderá ampliá-lo. Não se trata de adotar uma visão mercantilista, em que saldos positivos sempre representam sinal de força. Há contextos em que tal relação não se verifica. O problema é que o Brasil segue dependente de poucos produtos e mercados, notadamente a China.

Ainda continua firme a atração de investimentos diretos, mas a insegurança com os rumos da política econômica petista pode ser o fator principal para a saída líquida de US\$ 13 bilhões acumulada no ano nas contas de investimentos em carteira e ações. Com a má gestão local, reservas altas não são garantia de desenvolvimento. É preciso aproveitar a situação de relativo conforto nas contas externas para realizar os ajustes necessários, em especial no Orçamento público.

Revolucionário, mas não é para todos

Descansar é fundamental para a saúde física e mental, mas mais um direito sequestrado dos negros

Ana Cristina Rosa

Passei os últimos dias pensando no significado e na profundidade de uma postagem que li numa rede social contendo a afirmação: "Descansar é revolucionário!". Fiquei me perguntando quem é que consegue descansar de fato?

Pergunto a partir do lugar privilegiado de quem tem educação, trabalho decente, moradia digna, além de direito a lazer. Contudo, me sinto culpada quando estou "fazendo nada" e me permito cuidar de mim. Conversando com amigas, confirmei a suspeita de que boa parte também tem dificuldade de ficar quieta, "só relaxando". Mesmo quando há essa possibilidade, como num feriado prolongado.



Mas foi a declaração de uma mulher preta como eu que calou fundo. Disse: "Se me dou um tempo, parece que estou falhando com alguém". Infelizmente, não é um sentimento isolado. Trata-se de mais um dos legados da escravidão, que 'sequestrou' o direito dos negros de viver sem correr contra o tempo, o tempo todo, diante do que se apresenta cotidianamente como um enorme passivo a resgatar.

Como descansar sabendo, por exemplo, que serão necessárias mais de três décadas para que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos negros se iguale ao dos brancos no Brasil pelas estimativas do último relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento?

Mulheres negras são o maior contingente da população brasileira: cerca de 60 milhões de pessoas, ou seja, uns 29% do nosso povo. Também chefiam a maioria das famílias. São responsáveis por 34% das crianças e dos adolescentes de até 14 anos. Mas em geral ganham menos. Mulheres negras têm fama de fortes, mas a "força" que move também sufoca.

Mais que revolucionário, descansar é fundamental para a saúde física e mental. Pena não estar ao alcance de todos. Não é por acaso que pessoas negras sofrem mais de doenças crônicas relacionadas ao estresse (como transtornos mentais e hipertensão arterial). É cansativo.

Brasil errado

O mito das instituições políticas perfeitas ou por que o mal estar político é recorrente

Marcus André Melo



Se há algo recorrente no debate público é o diagnóstico de que há algo "errado" nas instituições políticas brasileiras. Martins de Almeida chegou a publicar, em 1932, um livro com o título "Brasil errado: ensaio político sobre os erros do Brasil como país". Sua crítica não é original, mas é emblemática de uma certa visão do Brasil que é sempre atualizada.

Nesta visão nossas instituições —o presidencialismo, o federalismo etc— são criticadas como construções artificiais. A culpa é do "ruibarbosismo", na expressão daquele autor. Ideias fora de lugar. O que valeria também para a democracia ou o liberalismo —vistos não como valores universais mas como algo que não "pegaria aqui". Estaríamos fadados a sermos sempre um simulacro. A solução implícita é a de um governo forte que se impusesse por cima das regras, dos partidos, estes entes artificiais. Por que se preocupar com habeas corpus e o autoritarismo se as pessoas estão morrendo de fome, bradam iliberais à esquerda e a direita. No limite, as instituições não importam, o tipo de sociedade que temos sim.

No polo oposto —hiperinstitucionalista— estão os que sustentam que reformas institucionais dão conta do recado. O pressuposto principal é que existiriam instituições perfeitas. Durante algum tempo o modelo normativo da democracia —e não só para o Brasil, para a maior parte das nações— era o Reino Unido. A combinação de governo parlamentar e de partido único (devido ao voto distrital) garantia eficiência e estabilidade.

O problema é que se gera um déficit de representação: a regra eleitoral garante "maiorias artificiais" para partidos que obtêm tipicamente pouco mais de um 1/3 dos votos. Partidos médios são subrepresentados (chegam a ter 25% dos votos e 0,5% das cadeiras). Outro problema é que o segundo partido mais votado ganha as eleições (duas vezes seguidas na Nova Zelândia; nos EUA; o colégio eleitoral nos EUA também gera "vencedores errados").

A partir da década de 70, o modelo normativo deixa de ser o majoritário e passa a ser o chamado consensual (Alemanha, Dinamarca etc), com governos multipartidários de coalizão. Separação de poderes, cortes constitucionais fortes e barganhas para a construção de maiorias, no entanto, produzem um déficit crônico de legitimidade. Impossível não saber como as leis e as salsichas são feitas, como queria Bismarck. Quando a barganha é exposta nas páginas criminais, como tem sido frequente entre nós, o cinismo cívico se instala.

Não existe sistema político ideal: o desenho institucional é um esforço elusivo de conciliar inclusividade e eficiência; afinal um governo deve ser não só representativo mas também "governar".

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 10.06.2024 – PÁG. A3

Justiça tributária para enfrentar as desigualdades

Taxar dividendos e super-ricos é missão para o país, inclusive na presidência do G20

Livi Gerbase / Nathalie Beghin

Nos últimos cinco anos, cinco famílias bilionárias brasileiras acumularam R\$ 22 bilhões em dividendos recebidos de suas empresas. Essas rendas entraram líquidas nas suas contas, pois no Brasil não incidem impostos sobre dividendos. Se o país taxasse apenas essas cinco famílias em proporções equivalentes à alíquota média europeia, de 24%, o governo federal poderia ter arrecadado ao menos R\$ 5,3 bilhões.



Esse valor é equivalente ao orçamento anual do Programa Nacional de Alimentação Escolar, que atende mais de 40 milhões de alunos de escolas públicas com refeições diárias. Esse exemplo ilustra uma questão estrutural das desigualdades no Brasil: 60% da renda do 1% mais rico é composta apenas por dividendos, o que significa que, no geral, os muito ricos pagam, proporcionalmente, poucos impostos. Portanto, a tributação dos dividendos deve aparecer como uma medida urgente na reforma tributária em curso no país.

É também por essa razão que vem ganhando força a proposta de criação de um imposto sobre a riqueza. Para o economista francês Gabriel Zucman, se implementada uma taxa de apenas 2% sobre a riqueza de um grupo restrito de 3.000 bilionários, a medida liberaria US\$ 250 bilhões adicionais em receitas com impostos. Um tributo dessa natureza contribuiria para diminuir as desigualdades e ajudaria no fortalecimento da coesão social e da democracia.

Ao imposto global sobre a riqueza devem somar-se outros mecanismos de contenção da enorme drenagem de recursos praticada pelos muitos ricos e pelas grandes empresas privadas. As multinacionais e os bilionários possuem uma série de ferramentas a seu dispor —inalcançáveis para a maioria das pessoas e empresas— para fugir dos impostos e que levam os países a perderem cerca de US\$ 480 bilhões por ano. A não taxação de dividendos no Brasil é só um exemplo de um emaranhado de brechas legais e ilegais construído pelos muitos ricos para pagar pouco ou nenhum imposto.

Fechar essas brechas só é possível combinando esforços nacionais, regionais e internacionais. Por isso, é muito importante que, sob a presidência brasileira, o G20 apoie o fortalecimento da Convenção das Nações Unidas sobre Cooperação Tributária Internacional. Essa convenção, impulsionada originalmente pelos países africanos, é o único mecanismo verdadeiramente inclusivo e democrático, do qual participam todos os países, em matéria de justiça fiscal.

A iniciativa apenas começou e necessita de apoio para fazer face ao lobby dos poderosos, a quem não interessa esse tipo de institucionalidade. Os sistemas tributários possuem potencial enorme de justiça ao

garantir que todas as pessoas, físicas e jurídicas, paguem seus impostos de acordo com suas capacidades. É isso que a presidência brasileira do G20 deve perseguir.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 10.06.2024 – PÁG. A7

Bolsonarismo não depende da liderança de Bolsonaro

Apoiadores do ex-presidente reconhecem que já existem outros quadros que podem conduzir seu projeto político

Camila Rocha



O Brasil se destaca no cenário internacional por ter declarado inelegível sua principal liderança de extrema-direita. Porém, passado quase um ano da decisão, os eleitores de Jair Bolsonaro continuam se guiando por suas declarações e apoios políticos. Em uma série de entrevistas conduzidas com pessoas que votaram em Bolsonaro nos dois turnos em 2018 e 2022, realizada nos meses de fevereiro e março com o apoio da Fundação Friedrich Ebert no Brasil, foi possível compreender como o movimento político capitaneado por Bolsonaro é percebido atualmente por seus apoiadores.

Em comparação com entrevistas realizadas com eleitores de Bolsonaro desde 2017, há uma continuidade do desejo intenso em mudar radicalmente o país. Houve inclusive quem afirmasse sem meias palavras que "a revolução vai chegar". Daí a ênfase na necessidade da luta contínua contra a corrupção, em defesa da família tradicional e pela adoção de medidas radicais de repressão contra o crime.

Tais desejos intensos de mudança entre os eleitores continuam a ser alimentados pela percepção de que Bolsonaro goza de grande apoio em público e em manifestações de rua, indícios de que o bolsonarismo segue mais vivo do que nunca. Em sua visão, as manifestações da esquerda seriam muito menores em comparação com as manifestações de direita. Lula, ao contrário de Bolsonaro, teria medo de andar nas ruas e ser vaiado, o que comprovaria que o voto no petista se baseia apenas no conformismo social dos mais pobres, e não na mobilização de massas.

Quando questionados sobre o 8 de janeiro, a maioria dos entrevistados aponta que houve exagero na repressão às pessoas que participaram dos atos golpistas, considerando, sobretudo, a aplicação das penas de reclusão. A possibilidade de declaração de estado de sítio por parte de Bolsonaro à época, com objetivo de anular as eleições, foi tida por vários entrevistados como uma medida radical que poderia fazer com que o país mudasse de fato.

Contudo muitos ponderam que Bolsonaro teria agido de forma cautelosa ao não decretar estado de sítio, pois o país poderia mergulhar no "caos" ou mesmo uma guerra civil, o que seria prejudicial para os brasileiros.

No entanto há uma compreensão generalizada de que Bolsonaro tenha cogitado decretar tal medida extrema por conta da dificuldade de transformar o país a partir das instituições existentes.

O entendimento de que Bolsonaro é perseguido pela mídia, pelo STF, pela esquerda e pelo sistema político em geral também segue generalizado. Porém, caso Bolsonaro venha a ser preso, os entrevistados afirmam que muitos de seus apoiadores continuariam a defendê-lo. De qualquer forma, ainda que Bolsonaro perca parte de seu apelo, o bolsonarismo não depende de sua liderança. Todos os entrevistados reconhecem que já existem outros quadros que podem conduzir seu projeto político, basta que sinalizem sua adesão enfática aos "princípios bolsonaristas". Assim, enquanto a esquerda segue com enorme dificuldade em renovar suas lideranças com apelo nacional, a oposição se renova a cada dia sem maiores empecilhos. Sua criatura mais recente, alinhada ao espírito do tempo, já tem nome e sobrenome: Pablo Marçal.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 10.06.2024 – PÁG. B1

Oposição domina pauta da segurança pública e deixa governo Lula sem bandeira

O tema é o segundo maior motivo de preocupação entre os brasileiros, de acordo com pesquisa do Datafolha

Raquel Lopes / Catia Seabra / Lucas Marchesini

A oposição domina a agenda da segurança pública no Congresso Nacional enquanto o governo, sem controle sobre a pauta, oscila entre frear excessos repressivos e chancelar projetos considerados problemáticos por especialistas. Apesar de não ser visto como prioridade do governo Lula (PT), a segurança pública é o segundo maior motivo de preocupação entre os brasileiros, de acordo com uma pesquisa do Datafolha realizada em dezembro.



Parlamentares alinhados ao bolsonarismo são maioria na Comissão de Segurança Pública da Câmara. Com o líder da bancada da bala, deputado Alberto Fraga (PL-DF), à frente, o colegiado é composto por 20 membros do PL e apenas 2 do PT. O grupo protagoniza a apresentação de projetos na área: de janeiro de 2023 a abril de 2024 foram 38 propostas do PL e apenas 1 do PT.

Na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), essa disparidade se reflete em 11 projetos de membros do PL contra 2 do PT. As principais pautas estão relacionadas ao endurecimento do Código Penal e ao relaxamento da política de controle de armas. O mesmo padrão se repete na autoria dos projetos nas Comissões de Segurança Pública e de Constituição e Justiça do Senado. A diferença entre os membros na Comissão de Segurança é menor, com 6 representantes do PL e 2 do PT.

"A frequência maior na comissão é da oposição", disse o presidente da Comissão de Segurança Pública no Senado, Sérgio Petecão (PSD-AC). O PT tem dificuldade em definir um plano estratégico na área da segurança pública, segundo o especialista em segurança pública Luís Flávio Saporì. Além disso, a extrema-direita sabe o que quer: enrijecer a Lei de Execução Penal e facilitar o acesso a armas. "A extrema-direita



CLIPPING

DATA

10.06.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

10 de 28

RESPONSÁVEL

Iris Helena

está hegemônica na pauta da segurança pública, isso conta com uma certa leniência do PT de não querer fortalecer sua presença em comissões, de não apresentar projetos, talvez com a leitura de uma guerra perdida", disse.

Sem pauta específica, o Executivo tenta conter excessos de propostas com medidas punitivistas, mas também chancela projetos considerados problemáticos por especialistas. Foi o que ocorreu na tramitação Lei Orgânica da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, aprovada com sinal verde pelo Palácio do Planalto. A nova lei enfraquece o controle das corporações, abre espaço para a politização dos agentes e pode, inclusive, permitir a exclusão das secretarias estaduais de segurança pública. Outro exemplo foi o veto do presidente Lula (PT) a apenas um ponto da lei da saidinha —que acaba com a saída de presos em datas comemorativas, considerado inconstitucional pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski. Todos os outros pontos da lei foram mantidos por Lula.

O Congresso, entretanto, derrubou o veto do presidente Lula (PT). Após uma sequência de derrotas em votações, o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), defendeu que a gestão do presidente Lula (PT) priorize a agenda econômica e evite que a oposição tire proveito da pauta de costumes. Durante o trâmite da lei da saidinha, parlamentares aliados do governo divergiram sobre o veto. Alguns eram contra para não azedar o clima no Congresso. No Senado, por exemplo, a bancada governista foi liberada para votar como quisesse.

O aceno mais recente do governo à oposição no debate da segurança ocorreu durante audiência pública na comissão temática da Câmara. Lewandowski prometeu reavaliar pontos específicos do decreto de Lula que aumenta o controle de armas. O governo também não tem avançado no Congresso com seus projetos na área. A Folha mapeou quatro apresentados na atual gestão: priorização da investigação de crimes de natureza penal; classificação da violência contra escolas como crime hediondo; aumento de pena para crimes cometidos contra o Estado Democrático de Direito e autorização da apreensão de bens e bloqueio de contas bancárias e ativos financeiros.

Os três últimos foram apresentados em julho do ano passado, em evento no Palácio do Planalto com a presença de Lula (PT) e o então ministro Flávio Dino (Justiça) após ataques em escolas e os atos golpistas do 8 de janeiro. Dois desses projetos aguardam despacho do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Em nota, o Ministério da Justiça e Segurança Pública afirma que a segurança pública é prioridade do governo federal e cita programas, como o PAS (Plano de Ação na Segurança); o Enfoc (Programa Nacional de Enfrentamento às Organizações Criminosas); e o Pronasci (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania). Todos agem na prevenção de crimes.

Além disso, destaca o ministério que a pasta apresentou outras propostas, afora as listadas pela reportagem, como o PL que trata das normas de controle de origem, compra, venda e transporte de ouro, como parte de um esforço amplo de combate à lavagem de dinheiro e ao garimpo ilegal na região amazônica. A pasta disse ainda que trabalha na articulação para aprovação de projetos, citando 13 exemplos, a maioria relacionado a violência de gênero. Entre eles, o apoio ao projeto que concede pensão para órfãos de mulheres vítimas de feminicídio e também o que confere prioridade às mulheres vítimas de violência no Sine (Sistema Nacional de Emprego).

"A agenda da segurança no Congresso está na mão da oposição, a gente não vê o governo se desgastando pela pauta", disse Renato Sérgio de Lima, diretor-presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Ele acredita, no entanto, que Lewandowski, ao querer implementar o Susp (Sistema Único de Segurança Pública), acena para a segurança pública. A lei, aprovada em 2018, articula todos os órgãos da Federação que atuam no setor, padronizando estruturas, tecnologias e capacitação.

O Susp agrada o governo, os parlamentares de oposição e os estudiosos da área de segurança. Segundo o Ministério da Justiça e Segurança Pública, ainda em nota, o ministro tem defendido uma alteração na Constituição para fortalecê-lo. A proposta de Lewandowski é que o modelo seja modificado para que a União tenha mais poderes de fazer um planejamento nacional de caráter compulsório para os outros órgãos de segurança. "A segurança pública atualmente é muito compartimentalizada no que diz respeito às atribuições de cada ente. Para o ministro, apesar da lei do Susp, a União não tem competência constitucional para vincular a ação dos outros entes", afirma a pasta.

Por isso, a pasta disse que Lewandowski defende uma PEC que mire no artigo 21 da Constituição para não só dar competência à União para elaborar o plano nacional de segurança –que há na lei do Susp–, mas também permitir que os entes federados legislem de forma complementar sobre assuntos nos quais haja peculiaridade local. O deputado Alberto Fraga (PL), relator do tema em 2018, acredita que a proposta não terá resistência no Congresso. "O Susp é um marco na Segurança Pública e, por incrível que pareça, nenhum governo executa", disse.

JORNAL – ESTADO DE SÃO PAULO – 09.06.2024 – POLÍTICA

STF paga diárias de deslocamento para juízes de Brasília trabalharem em Brasília

Profissionais do TJDF e do TRF-1 atuam como juízes auxiliares e instrutores nos gabinetes de Fachin, Gilmar Mendes e Zanin. Diárias somam mais R\$ 10,6 mil a salários já acima dos R\$ 40 mil líquidos. STF diz que magistrados estão fora de suas jurisdições na definição da Lei da Magistratura



Por André Shalders

BRASÍLIA - Sediado na capital federal, o [Supremo Tribunal Federal \(STF\)](#) paga diárias a juízes que já moram em Brasília. Originalmente destinado a cobrir os custos dos profissionais que precisam sair de seus Estados para trabalhar na capital, o benefício foi estendido aos que já moravam na capital. O penduricalho adiciona mais R\$ 10.653,50 aos rendimentos mensais dos magistrados – todos os cinco casos atuais são de profissionais que já recebem mais de R\$ 40 mil líquidos em seu tribunal de origem, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT).

Hoje, o STF tem cinco juízes instrutores que já trabalhavam no Distrito Federal recebendo diárias. Todos são oriundos do tribunal local do DF, cuja sede fica no Eixo Monumental de Brasília, a 12 minutos de carro do Supremo, ou cinco quilômetros em linha reta. Dois deles atuam no gabinete do ministro [Edson Fachin](#), dois

com o ministro [Cristiano Zanin](#) e um quinto com o ministro [Gilmar Mendes](#) – até 23 de maio, Mendes tinha outro juiz instrutor na mesma situação, mas ele já deixou o STF.



A estátua A Justiça, de Alfredo Ceschiatti, em frente ao STF Foto: Wilton Junior/Estadão

Ao **Estadão**, o STF disse que os juízes do Distrito Federal também merecem o pagamento de diárias por estarem atuando “fora de sua jurisdição”, nos termos da Lei Orgânica da Magistratura (Loman), mas não indicou em que artigo isso está expresso nessa legislação. Para o Tribunal, a “jurisdição” dos juízes não é apenas geográfica, e sim o local onde trabalham – ao deixar seu tribunal de origem, eles passam a atuar em outra jurisdição. “Os juízes com jurisdição no Distrito Federal também têm direito a diárias porque, ao trabalhar no STF, estão atuando fora de sua jurisdição de origem, nos termos da Loman”, disse a Suprema Corte, em nota. Quando trata de diárias, a lei da magistratura faz a ressalva que os juízes podem receber o adicional “se for o caso”.

Até o ano passado, resolução interna do STF não tratava de pagamento de diárias a juízes que moram na capital federal. Isso porque a regra era só pagar esses valores em caso de deslocamento para outra localidade. No início deste ano, o STF baixou instrução normativa em que foi incluído artigo para liberar o pagamento a esses magistrados que não saem do seu local de residência para trabalhar. Os pagamentos aos juízes de Brasília começaram a partir de um pedido dos próprios, em dezembro do ano passado.

JORNAL – O HOJE – 10.06.2024 – PÁG. 11

Crescem números de tentativas de golpes digitais no Brasil

Entre os meses de janeiro a março de 2024, o valor das tentativas de golpes se aproxima de R\$ 800 milhões

Thais Cristina Teixeira

A empresa ClearSale, especialista em inteligência de dados para a prevenção de crimes digitais, registrou 80 mil tentativas de fraudes de janeiro a 31 de março de 2024, embora os números sejam altos eles representam uma redução de 23,3% em relação ao mesmo período do ano passado. Em valores, as tentativas de golpe no trimestre representam R\$766,3 milhões. O balanço analisou 63,7 milhões de pedidos e aponta que o valor do ticket médio das tentativas foi RS 948,64, aumento de 0,3% frente a 2023. Para o levantamento, a empresa considerou apenas





CLIPPING

DATA

10.06.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

13 de 28

RESPONSÁVEL

Iris Helena

pagamentos via cartão de crédito no setor de e-commerce. São consideradas tentativas de fraude todas as transações que foram classificadas como suspeitas ou confirmadas.

Eduardo Mônaco, CEO da ClearSale, explicou que embora número de tentativas de golpe tenha diminuído em relação ao ano passado o ticket médio teve aumento, o que significa que os cibercriminosos estão adotando medidas como a revenda em mercados ilegais e que as empresas precisam adotar medidas de segurança. A empresa ClearSale, especialista em inteligência de dados para a prevenção de crimes digitais, registrou 80 mil tentativas de fraudes de janeiro a 31 de março de 2024, embora os números sejam altos eles representam uma redução de 23,3% em relação ao mesmo período do ano passado. Em valores, as tentativas de golpe no trimestre representam R\$766,3 milhões.

O balanço analisou 63,7 milhões de pedidos e aponta que o valor do ticket médio das tentativas foi RS 948,64, aumento de 0,3% frente a 2023. Para o levantamento, a empresa considerou apenas pagamentos via cartão de crédito no setor de e-commerce. São consideradas tentativas de fraude todas as transações que foram classificadas como suspeitas ou confirmadas. Eduardo Mônaco, CEO da ClearSale, explicou que embora número de tentativas de golpe tenha diminuído em relação ao ano passado o ticket médio teve aumento, o que significa que os cibercriminosos estão adotando medidas como a revenda em mercados ilegais e que as empresas precisam adotar medidas de segurança.

“Embora o número de tentativas de fraude tenha diminuído em comparação com o ano anterior, o ticket médio aumentou. Isso indica não apenas que golpistas estão focando em produtos que tem valor agregado alto, e que tem facilidade em revender nos mercados ilegais, mas acende um alerta para as empresas que precisam continuar vigilantes e adotar medidas de segurança mais robustas”, comentou. O mês de janeiro marcou a maior concentração de tentativas de golpes, registrando uma ocorrência de 284,6 mil reais e o ticket médio no valor de R\$954,82. Março registrou 270,2 mil tentativas com um ticket médio de R\$957,70. Já fevereiro teve 252,9 mil tentativas, com um ticket médio de R\$932,01. No trimestre, as quartas-feiras registraram o maior número de pedidos e tentativas de fraude, sendo que o maior percentual dessas tentativas ocorreu entre 0h e 5h.

A liderança com o maior índice de fraudes ficou com a região Nordeste com 1,4% e um ticket médio de tentativas de fraude de R\$1.021,82. As regiões Centro-Oeste, Sudeste e Norte empataram 1,3%, apresentando tickets médios de R\$1.023,52, R\$934,60 e R\$924,89, respectivamente. A região Sul registrou a menor taxa (0,8%) e um ticket médio de R\$984,91. As categorias de produtos com maior percentual de tentativas de fraude foi games (10,7%), com ticket médio de R\$ 806, eletrônicos, considerando TV e monitor (4,8%), com R\$ 2.597, e geladeira e freezer (4,1%), com R\$ 3.550; logo após, celulares (3,7%), representando R\$ 2.756, e produtos de beleza (2,2%), apresentando R\$ 412.

O estudo mostra que o público masculino teve o maior percentual de tentativas de fraudes, sendo 1,7%, enquanto o público feminino representa 1,0%. Em relação à faixa etária, pessoas de até 25 anos foram as que mais sofreram tentativas (1,9%), seguido pelo grupo de pessoas acima de 51 anos (1,6%) e pessoas que têm entre 26 e 35 anos (1,2%). O especialista em segurança cibernética, Tiago Sabino explicou que os números de golpes são expressivos porque os brasileiros não acreditam que vão ser vítimas de golpes digitais. Ele contou que o principal é o Fishing, que são e-mails em massa enviados se passando por uma outra instituição mostrando um item que está em oferta custando 20% do seu preço. Outra prática bem comum nesse tipo de

golpe é falar que a pessoa foi a milésima cliente a visitar um site e ganhar um iPhone mas tem só 5 minutos para resgatar.

Tiago Sabino também expôs que outra estratégia adotada pelos criminosos é o uso de disparos de envio de sms e Bots que fazem conversas no WhatsApp para enviar esses links esperando que algumas pessoas caiam nesse Fishing. “Nessa pescaria e acaba ali acessando aquela página falsa e submetendo a informação. Em segundo lugar estão as fraudes de cartão de crédito que usam dados de cartão roubado. Às vezes o usuário até fez uma compra uma loja verdadeira. Mas aquela loja era uma loja pequena e teve a sua base de dados vazada e acaba tendo esses dados comprometidos. O terceiro tipo de golpe mais aplicado segundo o especialista, surgem por exemplo são os roubos de identidade, ele pontuou que as pessoas postam muitas informações pessoais às vezes informações relevantes e os bandidos conseguem às vezes abrir uma conta no banco digital inteiramente com informações postadas pelas próprias vítimas.

“Então hoje em dia as pessoas gostam de postar tudo que faz onde que comer que horas que tá em casa a sua rotina e às vezes até a percebida posta ali um dado de CPF de RG e com poucas informações e uma foto né que já está disponível ali no WhatsApp uma rede social os bandidos conseguem ali abrir uma conta e um banco digital e se a pessoa tem um um bom score de cara já é liberado ali um cheque especial, um empréstimo, um cartão de crédito e aqueles bandidos passam a ter aí o controle dessa conta.”

Quanto às formas para se proteger de crimes cibernéticos, Tiago Sabino destacou que o principal ponto é sempre desconfiar de eletrodomésticos e produtos que estejam muito abaixo da média de mercado, de ofertas de empregos em que a pessoa vai trabalhar poucas horas e ter um salário muito elevado também fora do mercado. Ele informou também que é sempre importante conferir informações em outros sites que são sites de confiança, sites verdadeiros e que isso diminui bastante a possibilidade de ser uma vítima. Outro fator importante é sempre manter os dispositivos eletrônicos atualizados e se possível com um software de antivírus ajuda a limpar e identificar algum software mal intencionado, algum arquivo que esteja tentando vaziar alguma informação para alguma pessoa e bloquear esse tipo de informação. Ter autenticação em duas etapas em redes sociais, cartões.

JORNAL – ESTADO DE SÃO PAULO – 09.06.2024 – POLÍTICA

STF paga diárias de deslocamento para juízes de Brasília trabalharem em Brasília

Profissionais do TJDFT e do TRF-1 atuam como juízes auxiliares e instrutores nos gabinetes de Fachin, Gilmar Mendes e Zanin. Diárias somam mais R\$ 10,6 mil a salários já acima dos R\$ 40 mil líquidos. STF diz que magistrados estão fora de suas jurisdições na definição da Lei da Magistratura



Por André Shalders

BRASÍLIA - Sediado na capital federal, o [Supremo Tribunal Federal \(STF\)](#) paga diárias a juízes que já moram em Brasília. Originalmente destinado a cobrir os custos dos profissionais que precisam sair de seus Estados para trabalhar na capital, o benefício foi estendido aos que já moravam na capital. O penduricalho

adiciona mais R\$ 10.653,50 aos rendimentos mensais dos magistrados – todos os cinco casos atuais são de profissionais que já recebem mais de R\$ 40 mil líquidos em seu tribunal de origem, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT).

Hoje, o STF tem cinco juízes instrutores que já trabalhavam no Distrito Federal recebendo diárias. Todos são oriundos do tribunal local do DF, cuja sede fica no Eixo Monumental de Brasília, a 12 minutos de carro do Supremo, ou cinco quilômetros em linha reta. Dois deles atuam no gabinete do ministro [Edson Fachin](#), dois com o ministro [Cristiano Zanin](#) e um quinto com o ministro [Gilmar Mendes](#) – até 23 de maio, Mendes tinha outro juiz instrutor na mesma situação, mas ele já deixou o STF.



A estátua A Justiça, de Alfredo Ceschiatti, em frente ao STF Foto: Wilton Junior/Estadão

Ao **Estadão**, o STF disse que os juízes do Distrito Federal também merecem o pagamento de diárias por estarem atuando “fora de sua jurisdição”, nos termos da Lei Orgânica da Magistratura (Loman), mas não indicou em que artigo isso está expresso nessa legislação. Para o Tribunal, a “jurisdição” dos juízes não é apenas geográfica, e sim o local onde trabalham – ao deixar seu tribunal de origem, eles passam a atuar em outra jurisdição. “Os juízes com jurisdição no Distrito Federal também têm direito a diárias porque, ao trabalhar no STF, estão atuando fora de sua jurisdição de origem, nos termos da Loman”, disse a Suprema Corte, em nota. Quando trata de diárias, a lei da magistratura faz a ressalva que os juízes podem receber o adicional “se for o caso”.

Até o ano passado, resolução interna do STF não tratava de pagamento de diárias a juízes que moram na capital federal. Isso porque a regra era só pagar esses valores em caso de deslocamento para outra localidade. No início deste ano, o STF baixou instrução normativa em que foi incluído artigo para liberar o pagamento a esses magistrados que não saem do seu local de residência para trabalhar. Os pagamentos aos juízes de Brasília começaram a partir de um pedido dos próprios, em dezembro do ano passado.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 10.06.2024 – PÁG. POLÍTICA

Frentes querem devolução da MP que compensa desoneração da folha

Parlamentares e entidades ligadas ao setor econômico prepararam reação por conta do plano de compensação apresentada pelo governo. Grupos apontam insegurança jurídica e risco de aumento da carga tributária para as empresas

Aline Brito

Em reação a proposta para compensar a renúncia fiscal com a desoneração da folha de salários de 17 setores e municípios, a Coalizão das Frentes Parlamentares e entidades ligadas às áreas econômicas se reunirão, amanhã, em Brasília. A expectativa do Executivo é de arrecadar até R\$ 29,2 bilhões em 2024, caso a Medida Provisória 1227/24 seja aprovada sem mudanças pelo Congresso Nacional.



O plano tem causado preocupação no setor produtivo — que iniciou mais uma fase de divergências entre os Poderes. Para as 27 frentes parlamentares que compõem a coalizão, a MP aumenta a carga de impostos e contradiz os princípios que orientam a reforma tributária. A deputada federal Any Ortiz (Cidadania-RS) defendeu a devolução da medida que, segundo ela, tem graves consequências à economia brasileira.

"As mudanças terão impacto na competitividade da indústria brasileira, nas estratégias de investimento e inovação das empresas, prejudicando a efetividade do mercado e afetando negativamente a geração de empregos e renda, com reflexos importantes na economia do país", disse. O valor da desoneração será formado pelas seguintes regras: o não ressarcimento do crédito presumido PIS/Cofins (R\$ 11,7 bilhões); e a limitação na compensação dos créditos PIS/Cofins em geral (até R\$ 17,5 bilhões). A desoneração, por sua vez, custará R\$ 26,3 bilhões no mesmo período.

A União Nacional das Entidades do Comércio e Serviço (Unecs) publicou uma nota técnica em que pontua os impactos da compensação do Pis/Cofins. Segundo a entidade, o plano "impõe uma carga adicional às empresas, drenando recursos que deixarão de ser utilizados para investimentos e crescimento". "Essas mudanças contrariam os princípios de não cumulatividade dos tributos e aumentam a burocracia tributária, representando um retrocesso em relação aos avanços da reforma tributária recente", destacou.

A previsão do governo é para um período de sete meses de vigência da MP, ou seja, até o final deste ano. Para 2025, a estimativa é de um impacto de R\$ 60,8 bilhões. "A medida gera um ambiente de insegurança jurídica, comprometendo a estabilidade necessária para investimentos e operações empresariais. A mudança abrupta nas regras, sem consulta prévia à iniciativa privada, cria incertezas que podem levar à suspensão de operações e reavaliação de contratos, impactando negativamente a economia", disse a Unecs.

Resistência

A Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), a Associação dos Produtores de Biocombustíveis do Brasil (Aprobio) e a União Brasileira do Biodiesel e Bioquerosene (Ubrabio) também se

manifestaram contra a MP. Em nota, as instituições disseram ter recebido "com perplexidade" a proibição de utilização de créditos de PIS/Cofins para a compensação de débitos de outros tributos federais e o ressarcimento em dinheiro de saldos credores decorrentes de créditos presumidos desses impostos.

Os produtores de biodiesel fazem parte de uma cadeia produtiva que, em conjunto, representa 6% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Eles apontam que o plano do governo coloca em risco a indústria de biocombustíveis "que depende das oleaginosas, e para setor de proteína animal, que depende de farelo de soja, coproduto da produção de óleos vegetais". "A medida provisória, assim, tem o potencial de destruir valor na cadeia das oleaginosas, pois representa um montante de R\$ 6,5 bilhões ao ano de crédito nas esmagadoras", afirmam.

Outras 30 entidades do setor da saúde também se posicionaram contra. Eles alertaram para o risco de aumento no custo dos medicamentos e, conseqüentemente, o impacto na inflação. "Para a indústria da saúde, os créditos presumidos de PIS e Cofins apropriados sobre as vendas de produtos são integralmente repassados aos preços, o que trará impactos negativos para a população, para a economia e para a própria sustentabilidade do Sistema Único de Saúde (SUS)", dizem as associações em nota conjunta.

"Para produzir medicamentos, dispositivos médicos, equipamentos, desonerados do PIS e da Cofins, a indústria da saúde incorre em custos na compra de insumos que são adquiridos com o ônus do PIS e da Cofins. Ao revogar abruptamente este direito, o governo aumenta o custo de produção, aumentando preços de bens essenciais à vida. Em outras palavras: quem paga esta conta é o cidadão brasileiro", concluíram. De acordo com as entidades, incluindo o Comitê do Complexo Produtivo e Econômico da Saúde e Biotecnologia, a medida provisória pode gerar uma precarização da saúde, baixa produtividade dos trabalhadores, queda do PIB e da arrecadação tributária, e até mesmo a interrupção de investimentos.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 10.06.2024 – PÁG. BRASIL

Os agricultores explorados na colheita de ingrediente essencial na caatinga

No ano passado, 114 trabalhadores foram resgatados de plantações de carnaúba, mostram dados do governo brasileiro — um recorde nos últimos nove anos.

Katy Watson

A cera de carnaúba é um produto do qual você talvez nunca tenha ouvido falar, mas quase certamente já consumiu - ela é adicionada aos doces para evitar que derretam, aos comprimidos para facilitar a ingestão e a produtos de maquiagem como batom e rímel para engrossá-los. Trabalhadores do Piauí dependem da colheita de cera das palmeiras de carnaúba para viver. Mas o mercado em torno desse setor está nas mãos de grandes empresas que, segundo as autoridades, fecham os olhos para a exploração dessas pessoas.



Sete carros viajam em comboio pela caatinga. Nos veículos estão fiscais do Ministério do Trabalho, da Polícia Federal e do



CLIPPING

DATA

10.06.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

18 de 28

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Ministério Público. Trata-se da parte final de operação que englobou vários meses de investigações secretas no terreno sobre as condições de trabalho na indústria da cera de carnaúba. Gislene Melo dos Santos Stacholski, da Conatrae (Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo) do Ministério do Trabalho, lidera a operação. Ela faz parte de uma unidade móvel que realiza operações para resgatar pessoas que trabalham em condições análogas à escravidão no Brasil. Ela faz isso há 11 anos e as plantações de carnaúba ocupam grande parte do seu tempo.

“A colheita de carnaúba é uma atividade penosa porque as condições de trabalho sob o sol no Nordeste não são fáceis”, diz Gislene. “É um trabalho extremamente manual, pesado, com uso de ferramentas manuais.” As palmeiras de carnaúba estão espalhadas por todo o Piauí, maior produtor mundial da cera, e por vários Estados vizinhos. A indústria sustenta a vida de cerca de meio milhão de brasileiros, colhendo a cera em condições universalmente difíceis. No ano passado, 114 trabalhadores foram resgatados de plantações de carnaúba, mostram dados do governo brasileiro - um recorde nos últimos nove anos.

Os números sugerem que o trabalho análogo à escravidão é um problema crescente em todas as indústrias do país, atingindo o número mais elevado desde 2009, com 3.190 resgates. O Código Penal brasileiro define como trabalho análogo à escravidão não apenas o trabalho forçado, mas também a servidão por dívida e condições de trabalho degradantes e longas horas de trabalho que colocam em risco a saúde dos trabalhadores. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), tais condições são comuns nas áreas rurais do Brasil e estão intimamente ligadas à pobreza.

Depois de três horas de estrada, chegamos a um bloco de alojamento – com teto tão baixo que em alguns trechos não dá para ficar de pé. Há paredes com gesso esfarelado e tomadas elétricas vazias. Do lado de fora, os porcos rolam na água suja jogada fora da cozinha. A pouca distância, encontramos a maior parte dos trabalhadores sentados debaixo de uma grande árvore, protegidos do sol do meio-dia. “Quem está no comando aqui?” pergunta Gislene. Alguns murmuram um nome. Outros estão vestindo camisetas verdes que denunciam: “EDMILSON PALHAS”. Mas Edmilson não está em lugar nenhum.

Um por um, os inspetores entrevistam os homens. Dos 19, apenas dois estão registrados oficialmente. O resto trabalha em troca de dinheiro em espécie, recebendo 70 reais por dia – que guardam para suprir as necessidades nos meses fora do período de colheita, quando muitas vezes cuidam das suas próprias plantações. “Está muito calor”, diz Irismar Pereira, um dos trabalhadores sem carteira assinada. “Paramos um pouco porque se não o sol ia nos matar - não podemos lidar com tanta coisa.”

Árvore que arranha

Gislene observa que uma das garrafas de plásticos de água tem os dizeres “somente com receita médica” estampados, indicando que os trabalhadores estão bebendo de um frasco velho de remédio. Depois de um almoço minguaado – arroz e pés de galinha – os homens voltam ao trabalho. Usando foices artesanais presas à ponta de uma vara de bambu, eles cortaram as folhas do topo das palmeiras. A palavra carnaúba é derivada do tupi e significa “árvore que arranha”. É preciso usar luvas para evitar lesões.

Vários trabalhadores afirmam não ter recebido nenhum equipamento de segurança: “Se você for cadastrado, o patrão compra equipamento de proteção para você”, explica José Airton aos policiais. “Mas no meu caso, tive que comprar o meu.” É um trabalho difícil e perigoso – e os fiscais apontam que os trabalhadores



CLIPPING

DATA

10.06.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

19 de 28

RESPONSÁVEL

Iris Helena

parecem ter pouca instrução sobre como desempenhá-lo. De volta ao alojamento, o patrão, Edmilson da Silva Montes, apareceu. Ele está com raiva por ter sido pego. “O governo precisa dar mais chances aos pequenos produtores como eu”, diz ele. “Já faz algum tempo que luto para sobreviver. Os custos de produção desta cera são maiores do que recebo.”

Monte foi multado em quase R\$ 150 mil — incluindo verbas rescisórias, multa por dano moral individual e dano moral coletivo. Ao todo, foram identificadas 15 infrações, incluindo por condições de trabalho análogas à escravidão, falta de registo dos trabalhadores, não fornecimento de roupas de trabalho adequadas, falta de água potável, fornecimento de eletricidade inseguro, contratação ilegal de trabalhadores, alojamento precário e condições insalubres. Mas Edmilson está convencido de que está dando o melhor de si, apesar de esta ser a terceira vez que é pego pelas autoridades. Após um interrogatório, Gislene avisa aos trabalhadores que eles estão livres para voltar para casa. Poucos deles estão felizes: apesar das más condições de trabalho, há pouca escolha — esta é a única forma de ganharem dinheiro.

As autoridades dizem que o elevado nível de informalidade na indústria torna uma tarefa difícil rastrear a origem da cera de carnaúba até às grandes empresas. Em 2016, o Ministério do Trabalho, preocupado com o número de trabalhadores que estavam sendo resgatados em condições difíceis, pediu às cinco maiores empresas de processamento de cera que assinassem um acordo de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) se comprometendo a melhorar as condições na cadeia de abastecimento e a acabar com a informalidade.

A maior processadora oficial é a Brasil Ceras, empresa que tem a L'Óreal como um de seus clientes. Segundo as autoridades brasileiras, os produtores que empregaram trabalhadores em condições análogas à escravidão afirmam que venderam cera à Brasil Ceras, mesmo depois de a empresa ter assinado o acordo com as autoridades. Mas não há nenhum documento ligando esses produtores à Brasil Ceras. O Ministério do Trabalho afirma que uma explicação é que, legalmente, os pequenos produtores que trabalham como uma unidade familiar não têm de apresentar um registo em papel quando vendem a sua cera. E a Brasil Ceras afirma que só compra de famílias e empresas que comprovem que cumprem as leis trabalhistas.

Já a L'Óreal disse à BBC que está comprometida com o fornecimento ético e tem um programa de auditoria com seus fornecedores para garantir a devida diligência. Mas a polícia e os procuradores argumentam que, apesar de se comprometerem com um fornecimento responsável, nenhuma empresa que compre da indústria da carnaúba — grande ou pequena — pode afirmar ter uma cadeia de produção limpa devido à informalidade generalizada da colheita. “As empresas que investigamos que transformam o pó de carnaúba em cera e vendem para as multinacionais, garanto que apesar de assinarem compromissos de responsabilidade social, não se importam como deveriam”, diz a investigadora da Polícia Federal Milena Caland, que mora no Piauí. “Das investigações que estou trabalhando, nenhuma é de fornecedores registrados — é tudo ilegal”.

A inspetora Gislene Melo dos Santos Stacholski acha que sem o apoio da indústria estrangeira — quase toda a cera produzida no Brasil é exportada — pouco se pode fazer. “A precariedade vem de cima para baixo”, diz ela. “Existe o que chamamos de cegueira deliberada. É confortável para a indústria não ver os problemas, porque não precisa agir, não precisa investir, não precisa pagar.”

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 10.06.2024 – PÁG. OPINIÃO

Labirinto provinciano

Os mundos político, econômico e social são dominados pelas narrativas. Quem as constrói melhor e mais rapidamente consegue influir no cenário desejado

André Gustavo Stumpf

Os tempos que correm guardam incógnitas no Brasil e no mundo. Por que o jornalismo profissional foi ultrapassado, com enorme facilidade, pelas redes sociais? No Brasil, o Supremo Tribunal Federal decidiu que a profissão não exige diploma e qualquer pessoa pode exercê-la.

Com essa decisão, abriu o território para todos aqueles que publicam opiniões como se fossem fatos. Também aos que de má-fé divulgam mentiras como se fossem verdades. As fake news modificaram o resultado de eleições, dividiram países e contribuíram até para que os ingleses deixassem a União Europeia, o que resultou em grande prejuízo para eles mesmos.



O jornalismo profissional perdeu sua importância relativa. Os mundos político, econômico e social são dominados pelas narrativas. Quem as constrói melhor e mais rapidamente consegue influir no cenário desejado. Alguns fatos são especialmente constrangedores: na economia brasileira, os observadores insistem em que o país está vivendo dificuldades por sua fragilidade na área fiscal. É um ponto de vista. No entanto, a economia brasileira ignora essa análise, cresce 0,8% no trimestre e alcança o oitavo lugar entre as maiores economias do mundo — na frente do Canadá e da Itália. Com desemprego em baixa e inflação controlada.

Mas investidores estrangeiros fogem da Bolsa de Valores brasileira. Neste ano, a fuga de capitais, segundo as fontes do setor, alcançou US\$ 35 bilhões. É muito dinheiro. Explica, em parte, a disparada do dólar no país. Bateu em R\$ 5,30, enquanto a B3 frequenta seus níveis mais baixos. Há uma evidente dissonância que não é explicada pelos observadores credenciados. Eles, aliás, têm errado muito nas previsões relativas à economia brasileira desde o ano passado. Os equívocos continuam a se repetir. A mediocridade da imprensa atual reduziu o debate à aplicação, ou não, de uma taxa de 20% sobre importações de até US\$ 50. É um volume muito pequeno que não agrava a desindustrialização do país. Esse é um fenômeno anterior que responde a diversas causas.

Essa dissonância entre fatos e realidade esconde a rápida valorização do ouro nos últimos nove meses. Em outubro de 2023, a onça-troy (31,1 gramas) valia US\$ 1.902 e, na semana passada, alcançou US\$ 2.322, ou alta de 23% no período. É uma situação imprevista no cenário atual de juros elevados. O investimento em ouro não rende juros. O retorno corresponde à diferença de preço entre compra e venda. No entanto, como sabem os experientes e os que passaram por dificuldades, alguns produtos têm valor nos momentos mais graves: chocolate, que alimenta, e ouro, que tem valor em qualquer situação e em qualquer lugar do mundo.

Alguém poderoso está se prevenindo do pior. O Banco Popular da China está se desfazendo de suas posições em títulos do Tesouro dos Estados Unidos e aumentando reservas em ouro. Pessoas físicas da China estão reduzindo suas aplicações em imóveis, a partir da grande crise do mercado imobiliário, e fazendo posições importantes no metal dourado. Na China, não existe sistema previdenciário semelhante ao brasileiro. O cidadão precisa investir em algo que mantenha valor para se proteger nos anos de velhice. Essa é uma das explicações.

A outra é que alguns consultores começam a desconfiar que o declínio do poder político dos Estados Unidos reduz a confiança no dólar como moeda de reserva. As compras do precioso metal pelos bancos centrais são indício de que essa preocupação ronda os mercados financeiros globais. No fim da Segunda Guerra Mundial, as grandes potências decidiram atrelar o dólar ao câmbio de US\$ 35 por onça-troy. Mas as emissões de moeda foram tão grandes que o Tesouro dos Estados Unidos não conseguiu segurar aquela relação. Em 1971, o presidente Richard Nixon suspendeu a conversibilidade. O dólar continuou a funcionar como principal moeda de reserva porque não havia outra. Agora, há a tentativa chinesa de colocar o yuan como moeda de reserva nas relações internacionais de troca. Existe, portanto, alternativa.

A melhor resposta brasileira a esse oceano de novidades é crescer rapidamente de maneira sustentada. A ministra do Planejamento, Simone Tebet, do MDB, divulgou interessante trabalho de integração, via fluvial, da economia brasileira aos países vizinhos no continente. O objetivo, além de trazer novos parceiros comerciais para o país, é alcançar, com menor prazo e menor preço, o poderoso mercado asiático a partir dos portos sul-americanos situados no Oceano Pacífico. O próprio governo não atribui importância ao trabalho por seu viés neoliberal. E a imprensa prefere se deter nas discussões do Parlamento que não conseguem sair do labirinto provinciano. A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, faz bons diagnósticos, mas não criou até hoje um único emprego.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO 10.06.2024 – PÁG. E1

Contribuintes renegociam acordos firmados com a PGFN

Com base em nova lei, frigorífico gaúcho conseguiu reduzir dívida de R\$ 290 milhões para cerca de R\$ 80 milhões

Arthur Rosa

Contribuintes têm voltado à Fazenda Nacional para renegociar acordos e aproveitar as condições mais vantajosas estabelecidas pela Lei nº 14.375, de 2022, que alterou as regras para as chamadas transações tributárias. Um frigorífico gaúcho conseguiu um desconto maior para dívidas de tributos federais e contribuições previdenciárias, alongar o parcelamento, além de usar prejuízo fiscal e base negativa de CSLL - o que não foi possível na primeira negociação.

Pela legislação anterior, de nº 13.988, de 2020, o limite de





CLIPPING

DATA
10.06.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
22 de 28

RESPONSÁVEL
Iris Helena

descontos era de 50% sobre juros e multas. O teto, com a nova norma, passou para 65%. O limite do parcelamento também foi estendido, passando de 84 meses para 120 meses - no caso de tributos federais. Para contribuições previdenciárias, o teto constitucional, que não pode ser alterado, é de 60 meses.

Outra novidade da nova lei e posteriores regulamentações foi autorizar o uso de prejuízo fiscal e a base de cálculo negativa da CSLL, até o limite de 70% do valor remanescente, após a aplicação dos descontos. Vale para valores considerados irre recuperáveis ou de difícil recuperação. Precatório ou direito creditório com sentença de valor transitada em julgado - inclusive se o precatório ainda não estiver emitido - também podem ser usados para amortização da dívida tributária principal, multa e juros.

Tributaristas já previam esse movimento de revisão de transações tributárias, pelas vantagens adicionais trazidas pela nova lei e regulamentações. André Oliveira, sócio do escritório Castro Barros Advogados, apostava nesse cenário e já acompanhou três casos de revisão de transações com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). “A nova lei [nº 14.375, de 2022] alterou as regras. E o contribuinte que fechou uma transação tributária antes dela estaria numa posição desigual em relação àquele que negociou em melhores condições”, diz o tributarista.

No caso do frigorífico gaúcho, o que o levou a bater novamente na porta da PGFN foi a redução da sua capacidade de pagamento e a entrada em vigor da nova lei, segundo o advogado Marcelo Pinto Ribeiro, do Grupo Consultoria Empresarial, que conduziu a negociação. “A PGFN entendeu a situação da empresa e que poderia renegociar, com base nas novas condições estabelecidas”, diz. Com a renegociação, o contribuinte conseguiu reduzir dívida total de R\$ 290 milhões - que re consolidada ficou com valor maior que o inicial, com correção - para cerca de R\$ 80 milhões, uma redução de 72,5%. Esse percentual foi alcançado com desconto de 65% mais uso de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL de R\$ 30,8 milhões.

Esse montante, agora, está sendo pago em 120 parcelas, no caso de tributos federais, e em 60 meses, em relação às contribuições previdenciárias. Na primeira negociação, o prazo foi de 84 e 60 meses, respectivamente. O contribuinte quitou integralmente 32 parcelas e fez, posteriormente, amortizações.

“Foi uma das primeiras renegociações no Sul do país. Com as edições das leis de 2020 e 2022, criou-se mecanismos efetivos que viabilizam o retorno à regularidade de grandes devedores e a manutenção da suas atividades empresariais”, diz o advogado. De acordo com o tributarista Caio Quintella, sócio da Nader Quintella Advogados, muitos contribuintes têm feito esse pleito junto à Fazenda Nacional. “E está totalmente acertada a posição da PGFN em deferir, vez que observa a isonomia entre contribuintes e a lealdade da administração pública, garantindo não só a confiabilidade nos seus programas, mas também a tão esperada cooperação entre Fisco e iniciativa privada.”

Neste ano, a PGFN estima recuperar R\$ 24 bilhões de valores inscritos na dívida ativa da União com transações tributárias e mais cerca de R\$ 22 bilhões com outras medidas de cobrança. No primeiro trimestre já ingressaram no caixa do Tesouro R\$ 5,4 bilhões referentes a valores de transações fechadas e pagos nesse período. Em 2023, foram recuperados R\$ 48,3 bilhões - R\$ 20,7 bilhões originados de transações tributárias e o restante das demais formas de cobrança. O valor é 23% maior em relação ao ano anterior.

Para alcançar a meta, a Fazenda Nacional aposta também nas chamadas transações por adesão no contencioso tributário. Recentemente, foram publicados três editais: sobre subvenções de ICMS, lucros de

coligadas e controladas no exterior e dívidas decorrentes de contratos de afretamento de embarcações ou plataformas petrolíferas - o que afeta a Petrobras.

União conta com adesão da Petrobras a transação tributária

Adesão deve pôr fim a uma disputa de R\$ 55,2 bilhões no Conselho de Administração de Recursos Fiscais, e render cerca de R\$ 12 bilhões aos cofres públicos

Murillo Camarotto / Guilherme Pimenta / Lu Aiko Otta

A equipe econômica ainda conta com a adesão da Petrobras à transação tributária sobre a tese do afretamento (espécie de aluguel) de plataformas de petróleo, lançada no dia 20 de maio pela Receita Federal e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), mesmo com a mudança recente na diretoria da estatal. As empresas têm até o dia 31 de julho para solicitar adesão.



A transação é uma espécie de acordo feito entre grandes empresas e a União para encerrar processos administrativos ou judiciais. No caso da Petrobras, a adesão deve pôr fim a uma disputa de R\$ 55,2 bilhões no Conselho de Administração de Recursos Fiscais (Carf), e render cerca de R\$ 12 bilhões aos cofres públicos. Conforme mostrou o Valor em abril, o montante esperado era maior, de cerca de R\$ 20 bilhões. A queda acontece por alguns motivos.

O primeiro é que a versão final do edital, após passar por consulta pública e receber sugestões das próprias empresas interessadas, trouxe um desconto maior do que o previsto na minuta para a quitação dos débitos. Outra razão é que a Petrobras poderá descontar garantias pagas à União nos últimos anos, além de utilizar créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) que possui.

A tendência, segundo apurou o Valor com fontes da equipe econômica e da Petrobras, é que a estatal venha aderir à opção 1 do edital, que prevê desconto de 65% sobre o valor elegível à transação, com entrada de 30% sobre o valor remanescente, e o pagamento do restante do saldo em seis parcelas mensais. A segunda opção disponível no edital prevê desconto de 35% sobre o débito, com entrada de 10% e pagamento em 24 parcelas.

Conforme mostrou o Valor em abril, a adesão da Petrobras à transação do afretamento vem sendo negociada desde a gestão de Jean Paul Prates. A avaliação é que o negócio será benéfico tanto para o governo federal quanto para a Petrobras, já que os processos primeiro correm no Carf e depois há o risco de a parte derrotada levar para o Judiciário, arrastando o tema para uma disputa ao longo de anos. Além da Petrobras, a equipe econômica espera que empresas privadas venham aderir à transação, como a Shell e a Galp, mas o impacto fiscal será bem menor. Ainda assim, um integrante da equipe avalia que a adesão das empresas será importante para “limpar” o estoque de julgamentos do Carf. A meta é dar celeridade ao conselho, julgando ou tirando via transação processos com volume elevado de dinheiro envolvido.

No caso da transação do afretamento, ela faz parte da chamada “transação de grandes teses tributárias”, que vem sendo feita pela Receita e pela PGFN, uma das principais apostas da Fazenda para zerar o déficit primário neste ano. São, ao todo, quatro editais previstos para o ano. Dois já foram lançados: o do afretamento, em 20 de maio, e o da subvenção do ICMS, em 16 de maio. Ainda está pendente o edital sobre cobranças de PIS e Cofins (referentes ao conceito de insumo para aproveitamento de crédito fiscal e de inclusão do ISS e do PIS e da Cofins na sua própria base) e de desmutualização da bolsa de valores. Em dezembro do ano passado, foi lançado um edital de transação para negociar teses relacionadas à tributação sobre lucros no exterior.

Procurada, a Petrobras respondeu que “o tema segue em análise”. Em 8 de abril, em notícia veiculada pelo Valor, a empresa confirmou que avaliava “tecnicamente a minuta do edital colocada em consulta pública” sobre o afretamento. Disse, ainda, que “eventuais decisões relativas à adesão ou não da transação tributária proposta serão pautadas em análises técnicas criteriosas e avaliação de vantajosidade econômica, observando a Política Tributária da Petrobras, o rito de governança e os procedimentos internos aplicáveis à avaliação da proposta”. Shell e Galp não retornaram.

Fazenda e empresas discutem multa isolada

Hoje, os procuradores entendem que, se na autuação fiscal aparece só essa penalidade, ela seria o montante principal

Beatriz Olivon



Contribuintes têm tentado convencer a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) a tratar a chamada multa isolada como uma multa, para que também sejam aplicados sobre ela os descontos previstos para as chamadas transações tributárias. Hoje, os procuradores entendem que, em autuação fiscal em que aparece apenas essa penalidade, sem valor de tributo, ela seria o montante principal, sobre o qual não haveria nenhum tipo de redução.

“Tanto a Receita Federal como a procuradoria tratam a multa isolada como débito principal”, afirma Lígia Regini, sócia do escritório BMA Advogados. “E sobre a penalidade acaba não sendo concedido desconto.” A advogada explica que existem alguns tipos de multa isolada que vêm separadas. Esse tipo de autuação é feita pelo auditor fiscal por problema com nota fiscal, por exemplo. Ou como reflexo de outra autuação. Geralmente, a penalidade é aplicada pelo descumprimento de uma obrigação acessória.

Lígia Regini lembra, porém, que a lei da transação tributária estabelece que os descontos incidem sobre as multas, de forma geral, sem distinguir quais. A tributarista exemplifica com uma cobrança de IPI em que há uma autuação sobre o principal, mais multa e juros, e outra com multa isolada sobre nota fiscal inidônea, de 100% do valor da operação. “São duas autuações, mas se for transacionar a Receita Federal não concede desconto nessa multa”, afirma.

Para Regini, o tratamento é equivocado e contraria a natureza do débito. A advogada destaca que a multa isolada, em reais, pode ser três vezes maior que o valor do tributo cobrado. Em “Perguntas e Respostas”, a Fazenda Nacional já informou que não há desconto para multa isolada. “Em uma multa pequena ninguém cria caso, mas se ela é elevada, mais alta que o próprio tributo, ela inviabiliza a transação”, afirma. A regra geral está prevista na Lei nº 13.988, de 2020, que veda transação tributária que reduza o montante principal do crédito - e, em caso de multa isolada, Receita e PGFN costumam tratar a penalidade como principal, resultando na não aceitação da redução.

Segundo a advogada Diana Piatti Lobo, sócia do escritório Machado Meyer Advogados, a depender do tipo específico de transação, os argumentos são mais sólidos para a redução da multa isolada. A advogada afirma que, em situações específicas, a própria PGFN se manifestou pela possibilidade de incluir e transacionar multas, inclusive isoladas - como na transação no Contencioso Tributário de Relevante Controvérsia Jurídica, em que há a possibilidade expressa de redução do principal, o que abarcaria a multa isolada. Procurada pelo Valor, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional não deu retorno até o fechamento da edição.

Destaques

Execução fiscal

A 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) estabeleceu, por maioria de votos, que não é possível, antes do trânsito em julgado da sentença, intimar a companhia seguradora para que deposite o valor do seguro oferecido como garantia em execução fiscal.



O entendimento foi adotado pelo colegiado ao reformar acórdão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) que considerou possível a liquidação antecipada do seguro garantia, com o depósito judicial da quantia. Para os desembargadores, contudo, o valor deveria ficar depositado em juízo até o trânsito em julgado da sentença da execução fiscal, nos termos do artigo 32, parágrafo 2º, da Lei nº 6.830, de 1980 - Lei de Execuções Fiscais. Prevaleceu no STJ, o voto do ministro Gurgel de Faria, que foi seguido pela maioria (AREsp 2310912).

Roubos nos Correios



A 8ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) condenou a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) a pagar indenização de R\$ 20 mil ao gerente da Agência de Careaçu (MG), que funciona como banco postal e sofreu quatro assaltos em seis anos.

A decisão segue o entendimento do TST de que o risco inerente às atividades desenvolvidas em agências com banco postal justifica a

responsabilização da empresa. Na ação, o empregado da ECT relatou que, desde 2002, trabalha na maior parte do tempo em agências que atuam como banco postal, com maior movimentação financeira de valores em espécie. Nos seis anos anteriores a 2021, ele presenciou pelo menos quatro assaltos, com armas de fogo. E, além do trauma, ainda foi responsabilizado por parte do prejuízo apurado na agência (RR-10202-24.2021.5.03.0153).

JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 10.06.2024 – PÁG. E2

Prescrição intercorrente e multas aduaneiras

A sinalização advinda do Judiciário acerca da aplicação da prescrição intercorrente administrativa é positiva e pode surgir como uma importante alternativa aos contribuintes que estejam discutindo o cabimento de multas aduaneiras

Thalles Niemeyer e Daniel Tessari

A Lei nº 9.873/1999 prevê em seu artigo 1º, parágrafo 1º, que “incide a prescrição no procedimento administrativo paralisado por mais de três anos, pendente de julgamento ou despacho, cujos autos serão arquivados de ofício ou mediante requerimento da parte interessada”. Trata-se da chamada prescrição administrativa trienal. Mais adiante, o artigo 5º do mesmo diploma legal estabelece que “o disposto nesta lei não se aplica às infrações de natureza funcional e aos processos e procedimentos de natureza tributária.”



O fato é que, ao longo dos anos, a vedação acima apontada vem sendo aplicada, genérica e indiscriminadamente pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) não apenas nos casos que tratem dos tributos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB), como também nos processos administrativos que decorram do exercício do poder de polícia exercido pela RFB, inerente ao controle e à fiscalização do comércio exterior, muitas vezes tendo como base a Súmula Carf nº 11, que estabelece que “não se aplica a prescrição intercorrente no processo administrativo fiscal”.

No entanto, a jurisprudência judicial tem reconhecido que a referida prescrição deve alcançar os processos administrativos em que se discute a imposição de multa por infração à legislação aduaneira, em especial quando não possuam relação direta com a ausência ou com a insuficiência no recolhimento de tributos. É o que se verifica em recentes decisões do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que já vêm sendo observadas pelos demais Tribunais Regionais Federais. E, certamente, o entendimento não poderia ser outro.

Como se sabe, o Direito Aduaneiro é um ramo do direito público que consubstancia um conjunto de normas que, em última análise, foram editadas para regular e controlar as operações de comércio exterior. Apesar de ser possível admitir que existam pontos de interseção do direito material com outros ramos do Direito, deve



CLIPPING

DATA
10.06.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
27 de 28

RESPONSÁVEL
Iris Helena

ser compreendida a natureza do crédito exigido pela RFB, se tributário ou não tributário. E, para isso, oportuno destacar algumas de suas distinções. A primeira delas refere-se ao arcabouço normativo.

As multas aduaneiras, em regra, são exigidas em decorrência de ação/omissão, voluntária/involuntária, que importe inobservância de norma estabelecida ou disciplinada no Regulamento Aduaneiro ou em ato normativo destinado a completá-lo. Noutro giro, para os créditos decorrentes do descumprimento de obrigações tributárias, devem ser aplicadas as regras previstas na Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional - CTN). Nesse ponto, por si só, é de se notar que são distintos os fundamentos validade e seara de aplicação.

Outrossim, não se pode ignorar a realidade de que, em regra, as infrações nessa seara possuem diferentes vertentes, podendo decorrer (i) da inobservância de deveres administrativos ligados, exclusivamente, ao controle aduaneiro; (ii) da arrecadação/fiscalização de tributos incidentes nas operações de comércio exterior; ou (iii) relacionados tanto ao controle aduaneiro quanto à arrecadação/fiscalização de tributos incidentes nas operações de comércio exterior. Pode-se dizer que as infrações enquadráveis no item i acima consubstanciam, essencialmente, o crédito de natureza não tributária. Seriam a parte da área aduaneira que não intersecciona a tributária, estando, portanto, sujeito à prescrição administrativa trienal.

Por sua vez, no item ii, a situação se inverte, sendo de fácil percepção a natureza tributária do crédito, atraindo a aplicação do regramento previsto no CTN. O item iii, por fim, assumiria um caráter “híbrido”, o que, naturalmente, eleva a complexidade da determinação de sua natureza e regime aplicáveis. Ocorre que, muito embora as infrações enquadráveis no item i, reconhecidamente, estejam sujeitas ao rito do Decreto nº 70.235/1972, tal condição não afeta a sua natureza não tributária, vez que as normas referentes ao procedimento não se confundem - quanto mais diante da ausência de remissão ao CTN - ao direito material em discussão.

Com efeito, o fato de a sanção aduaneira ser exigida por meio de auto de infração, ser julgada pelo Carf e ser passível de inscrição em dívida ativa, por si só, não seria suficiente para alterar a natureza de crédito não tributário das infrações enquadráveis no item i. Outra importante distinção é que a prescrição e a decadência são institutos de direito material que, na seara tributária, são reguladas pelo CTN, ao passo que os créditos não tributários, como visto, observariam o disposto na Lei nº 9.873/1999. Logo, parece razoável afirmar que os processos administrativos que tratem de crédito de natureza não tributária, à exemplo das multas aduaneiras, poderão observar não apenas o disposto no Decreto nº 70.235/1972, como também o previsto na Lei nº 9.873/1999, por não se enquadrarem na vedação direcionada aos processos e procedimentos de natureza tributária.

Além disso, deve haver o inafastável distinguishing entre a Súmula Carf nº 11 e os casos que se enquadram no item i acima, de modo a viabilizar a aplicação da prescrição administrativa trienal. De todo modo, a sinalização advinda do Judiciário acerca da aplicação da prescrição intercorrente administrativa é positiva e pode surgir como uma importante alternativa aos contribuintes que estejam discutindo, durante anos, o cabimento de determinadas multas aduaneiras.

DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB

Dia 10 de junho – Dia da Língua Portuguesa

Dia 10 de junho é o Dia da Língua Portuguesa, data em que a morte do poeta português Luiz Vaz de Camões, em 1579, é lembrada.



A nossa língua é comemorada também em outras duas datas durante o ano: no dia 5 de maio, Dia Internacional da Língua Portuguesa, e 5 de novembro, Dia Nacional da Língua Portuguesa, idioma falado por mais de 250 milhões de pessoas em diversos países, e língua oficial em 09 deles.

Elemento fundamental da cultura do país, a língua portuguesa, através da literatura, da contação de histórias, dentre outras possibilidades, está presente com força em alguns dos projetos do portfólio da Direção Cultura, como estes:

O Museu da Língua Portuguesa, que planeja reabrir para o público em 2021, após cinco anos de reconstrução, pode ser considerado uma grande casa de educação. Durante sua trajetória, o Programa Educativo do Museu obteve amplo reconhecimento devido ao seu qualificado atendimento a diversos públicos, publicações especializadas, cursos e formações, e projetos de inclusão social.

Desde 2003, a Associação Griots – Os Contadores de História utiliza a milenar arte de contar histórias para crianças em leitos de hospital e também em lares de idosos na Região Metropolitana de Campinas. Durante a pandemia, os voluntários mantem suas atividades, compartilhando histórias no canal do Youtube, IGTV e através de um podcast.